

**V Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação
Básica**

**Grupo de Trabalho:
GT09 – O LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: AVANÇOS E
DESAFIOS**

Título: A recontextualização nos livros didáticos de sociologia: uma interface com as propostas curriculares do Rio de Janeiro

Autoras: Bruna Lucila de Gois dos Anjos (UFRJ)

e

Tais do Nascimento Santana (UFRJ)

Brasília, 23 a 25 de julho de 2017.

Resumo:**A recontextualização nos livros didáticos de sociologia: uma interface com as propostas curriculares do Rio de Janeiro**

Bruna Lucila de Gois dos Anjos (UFRJ) - brunalucila@gmail.com

Tais do Nascimento Santana (UFRJ) - taisbns@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo analisar três livros didáticos de sociologia a luz da teoria do sociólogo da educação Basil Bernstein, para entender em que medida os livros didáticos analisados recontextualizam o conhecimento das Ciências Sociais apresentado nas propostas curriculares do estado do Rio de Janeiro. Os livros didáticos selecionados são: *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (Helena Bomeny et al. 2013); *Sociologia em Movimento* (Afrânio Silva et al. 2013) e *Sociologia para jovens do século XXI* (Luiz Fernandes Oliveira et al. 2013). A escolha desses livros se justifica, pois além de serem livros recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) publicado em 2015, contam com autores que localizam sua atuação profissional no estado do Rio de Janeiro. Sendo assim, a fim de cumprir com os objetivos propostos, analisamos as últimas propostas curriculares do estado do Rio de Janeiro (Currículo Mínimo de Sociologia; 2011 e 2012), o Guia do PNLD 2015 e análise do sumário dos três livros selecionados. Além da análise dos documentos, propomos também, a realização de entrevista com um autor de cada livro para percebermos a recontextualização, o enquadramento e a classificação entre os livros didáticos analisados e as propostas curriculares do estado do Rio de Janeiro. Com base na análise feita até o momento, percebemos que há uma relação entre o campo oficial de recontextualização e os livros didáticos de sociologia.

Palavras chaves: livros didáticos de sociologia, propostas curriculares, Basil Bernstein, recontextualização.

Introdução

As propostas curriculares são elaboradas pelos agentes públicos em âmbito federal ou estadual, com participação ou não de outros atores sociais. Sabemos que o currículo é um dos agentes que nos permitem inferir sobre a realidade das disciplinas escolares, no entanto, percebemos também que tal documento tem interferido diretamente no que é ensinado, ainda que existam diferenças significativas entre os documentos curriculares.

De acordo com Munakata (2012) o “livro produzido para fins educacionais visando principalmente ao público escolar” é um propositor de currículo, pois percebemos, por exemplo, no Brasil, que o livro didático se tornou um orientador legítimo do trabalho em sala de aula porque já passou pela avaliação do campo recontextualizador oficial, através da análise empreendida, pelos pareceristas do PNLD. Dessa forma, nesse artigo, pretendemos retomar a trajetória recente do ensino de sociologia na educação básica, com foco no estado do Rio de Janeiro, para então, analisar a relação que pode existir entre os livros didáticos de sociologia e as propostas curriculares do estado do Rio de Janeiro.

No entanto, para análise dos livros didáticos de sociologia em articulação com as propostas curriculares do Rio de Janeiro, selecionamos os seguintes livros didáticos: *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (Helena Bomeny et al. 2013); *Sociologia em Movimento* (Afrânio Silva et al. 2013) e *Sociologia para jovens do século XXI* (Luiz Fernandes Oliveira et al. 2013). A escolha desses livros se justifica, pois além de serem livros recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) publicado em 2015, contam com autores que localizam sua atuação profissional no estado do Rio de Janeiro.

A história recente de elaboração das propostas curriculares do estado do Rio de Janeiro, inicia no ano de 1990, quando foi convocada um seminário com a presença de e professores da rede básica, e do ensino superior, congregados através do Conselho Estadual de Educação, a fim de elaborar, para o ano seguinte um documento curricular.

Não podemos esquecer de mencionar a lei 11.684¹ de junho de 2008 que incluiu a sociologia e a filosofia como disciplinas obrigatórias nos três anos do

¹ Cabe destacar que a lei em questão foi revogada através da Medida Provisória 746/2016. A medida tem como objetivo a reformulação do Ensino Médio e foi aprovada no Senado, no dia 8 de fevereiro de 2017 e sancionado e transformado na Lei nº 13.415 em 16 de fevereiro de

ensino médio e que levou posteriormente, em 2012, a inclusão da sociologia no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Esse programa é uma política pública nacional que tem como objetivo avaliar, comprar e distribuir de maneira gratuita os livros didáticos para os alunos da educação básica. O PNLD foi criado em 1985 e em 2012 passou a atender integralmente todas as séries do ensino médio.

Sendo assim, a fim de cumprir com os objetivos propostos, analisamos as propostas curriculares do estado do Rio de Janeiro, especialmente o Currículo Mínimo de Sociologia (2011 e 2012), o Guia do PNLD 2015 e análise do sumário dos três livros selecionados. Além da análise dos documentos, propomos também, a realização de entrevista com um autor de cada um dos livros mencionados, para percebemos a recontextualização, o enquadramento e a classificação entre os livros didáticos analisados e as propostas curriculares do estado do Rio de Janeiro.

Este artigo está portanto estruturado do seguinte modo: Na primeira parte vamos apresentar o ensino de sociologia na rede estadual do Rio de Janeiro, uma segunda parte onde apresentamos o livro didático como um propositor curricular seguida de uma breve descrição dos três livros selecionados. Depois apresentaremos a análise das entrevistas realizadas a luz da teoria de Basil Bernstein em articulação com as propostas curriculares e por fim, nas considerações finais uma constatação da relação entre o campo oficial de recontextualização e os livros didáticos de sociologia.

1) O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA REDE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO: anos 1989 – 2012

Esta parte deste estudo vai focar no período recente da inserção da disciplina sociologia no estado do Rio de Janeiro, se concentrando em dois

2017. A implantação da reforma depende ainda da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conjunto de orientações que deverá nortear os currículos. Atualmente em análise pelo Ministério da Educação, a previsão é de que a BNCC seja divulgada ainda em 2017. A reforma propõe a flexibilização curricular, incentivos para aumentar as escolas com ensino integral, os conteúdos a serem ensinados serão determinados pela BNCC e serão organizados de acordo com os seguintes itinerários formativos: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias e formação técnica e profissional.

pontos fundamentais para o entendimento do que pretendemos investigar: a história de inserção e o currículo, através de propostas curriculares.

O retorno da sociologia enquanto disciplina escolar no estado do Rio de Janeiro, após longos anos de intermitência remonta a democratização e a promulgação da Constituição Estadual em 5 de outubro de 1989. Assim dizia o texto: “Será introduzida, como disciplina obrigatória, nos currículos de 2º grau, da rede pública e privada, em todo o território do Estado do Rio de Janeiro, a Sociologia.”². Tal introdução na constituição estadual só foi possível após intensa mobilização.

Participaram da campanha de reintrodução da disciplina no ensino básico: setores da educação básica, além dos níveis universitários congregados à Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro (APSERJ), e também outras associações da sociedade civil³. O manifesto pela introdução da disciplina no estado conseguiu angariar 3.060 assinaturas⁴, além do apoio de parlamentares do âmbito legislativo (CONTERATO, 2009). O projeto fora apresentado pelo então Deputado Estadual do PDT Acácio Caldeira e teve consenso para aprovação (HANDFAS et al, 2012 e CONTERATO, 1989).

Em 1990, em dois momentos distintos, através de uma articulação entre APSERJ e o Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro (CEE/RJ), foram realizados seminários sobre a presença da sociologia no ensino básico. O objetivo era debater quais seriam as melhores metodologias para a inserção da disciplina nas escolas do estado. As universidades com cursos de licenciatura em Ciências Sociais se fizeram presentes nestes encontros, e o fruto destes acabou sendo o que ficou conhecido mais tarde como a primeira proposta curricular de sociologia do estado, nestes anos de introdução recente.

Neste documento de 1990 são registradas as contribuições advindas da introdução da disciplina nas grades curriculares, especialmente para o corpo discente, além de metodologias de ensino voltadas ao corpo docente. Nele

² Parágrafo 4º do Artigo 317, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, promulgada em 05 de outubro de 1989, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

³ Conforme indicação de PEREIRA (2013), as associações foram importantes neste processo, é necessário destacar: a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Centro de Estudos e Pesquisas da Baixada Fluminense (CEPEBA).

⁴ O recolhimento de assinaturas se deu nos cursos de Ciências Sociais e também em campanhas nas ruas da cidade (BARROS, 1998).

também é recomendada a inserção desta disciplina em todas as séries do Ensino Médio com no mínimo duas horas-aulas semanais.

Somente após quinze anos outra proposta curricular de sociologia foi apresentada no âmbito estadual. Diversos professores relatam dificuldades em estabelecer programas para a disciplina, já que a proposta de 1990 não foi tão difundida. Percebemos que durante estes anos os livros didáticos foram os principais definidores de currículos no Rio de Janeiro.

De maneira gradual a disciplina foi sendo implementada ao longo da década de 1990 e no início dos anos 2000⁵ e de maneira geral figurava com dois tempos em uma das séries do Ensino Médio, a depender da escola, sem uma regulamentação para tal. No ano de 2005 a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC – RJ) inicia a elaboração de propostas curriculares para todas as disciplinas, documento chamado de “Reorientação Curricular”, incluindo sociologia, que será divulgada nas escolas em 2006.

A proposta “Reorientação Curricular” abrange todas as disciplinas da grade não só do Ensino Médio, em todas as suas modalidades, como das séries finais de Ensino Fundamental. É apresentado como novidade na proposta a participação dos professores da rede estadual juntamente com especialistas da UFRJ, universidade convidada para coordenar a elaboração da proposta, segundo consta em permanente diálogo.

A sociologia é apresentada, neste documento, como responsável por problematizar os fenômenos sociais, fazendo a interlocução com o cotidiano do aluno. As proposições se apresentam como críticas aos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) no sentido de trazer a Sociologia em caráter transdisciplinar, e reforçam as necessidades do ensino deste componente curricular para as problematizações dos fenômenos sociais interligados ao efetivo exercício da cidadania, e da necessidade de contextualização destes para o entendimento discente.

A “Proposta de orientação curricular” da disciplina, neste documento curricular, traz a seguinte estrutura: temas, conteúdos programáticos, competências e habilidades, metodologia e interface com outras disciplinas. Da

⁵ Há relatos de que a presença da sociologia na LDB incentivou a permanência da mesma na grade curricular do estado. Dois concursos públicos para professores de Sociologia foram realizados neste período, o primeiro em 1997 e o segundo em 2004.

maneira como está apresentada, parece uma influência dos PCNEM. Os temas se dividem em cinco eixos: I) Sociologia: a construção dos problemas sociais; II) Cultura; III) Trabalho; IV) Cidadania; e V) Desigualdades Sociais. Os conteúdos programáticos apresentados por eixo trazem conceitos e teorias das Ciências Sociais e são reforçados pelas competências/ habilidades.

Esse documento, diferente do anterior de 1990, foi efetivamente enviado as escolas, e muito dos professores receberam e usaram como parâmetros. Em 2006 foi elaborado uma espécie de material com sugestões de aplicações nas aulas baseados neste currículo, o de sociologia continha textos sociológicos a serem reproduzidos para os alunos.

Em 2010, por conta da promulgação da lei da obrigatoriedade (Lei nº 11.684/2008) a sociologia começou a figurar com um tempo semanal na primeira série e dois tempos na segunda e terceira série de acordo com a Resolução da SEEDUC nº 4.359, de 19 de outubro de 2009.

Existe uma proposta curricular que data de fevereiro de 2010, e apresenta-se como a mais enxuta do que as apresentadas anteriormente. Intitula-se “Proposta curricular: um novo formato - Sociologia”, e em sua apresentação há a menção de ser um documento que ressignifica a proposta anterior de 2005 tornando mais condizente com as avaliações externas. Os conteúdos e as habilidades e competências aparecem em tabelas, que otimizam o que fora concebido na iniciativa anterior.

Esta proposta foi muito criticada pelos docentes, que não entendiam a substituição da anterior, e foi alvo de comentários depreciativos também por outros atores que desejavam se manifestar contra a inserção da sociologia no Ensino Médio.

No fim de 2010 a Secretaria Estadual de Educação inicia uma nova política de elaboração curricular para algumas disciplinas, dentre elas a sociologia, chamada de Currículo Mínimo. O Currículo Mínimo é uma política pública empreendida pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC), com o objetivo de normatizar os conteúdos a serem ministrados na rede estadual de ensino.

O Currículo Mínimo de Sociologia teve sua primeira versão em 2011, sendo elaborada por seis professores de sociologia da rede e um coordenador institucional, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

(UFRRJ). Em 2012, foi publicada outra versão da proposta curricular, tendo como autores três outros professores da rede e sem coordenação.

Os autores do Currículo Mínimo de 2011, foram reunidos em outubro de 2010, e estes professores e o coordenador tinham apenas até fevereiro para elaborar a proposta curricular. O processo de construção da proposta levou em conta a realidade docente de cada um dos sete autores envolvidos em sua elaboração. As reuniões marcadas para elaboração eram frequentes durante este período de quatro meses em que se concentravam na elaboração do documento, algumas destas reuniões eram marcadas pela SEEDUC, e outras tantas eram de iniciativa da própria equipe.

Alguns materiais foram usados na primeira versão do Currículo Mínimo, além dos documentos oficiais e propostas de outros estados, a equipe também utilizou seus planejamentos de curso. Há citação também, do uso de recursos didáticos como livros. Mas a síntese foi composta especialmente pelos pontos em comum dos programas de cada professor, desconsiderando um pouco o currículo de 2010, tão criticado pelos professores de sociologia da rede, apesar da insistência da SEEDUC por considerá-lo (ANJOS, 2016).

Tal currículo abarcava todas as áreas das Ciências Sociais, tendência já estabelecida nos currículos estaduais e nacionais, e abarcava os seguintes eixos temáticos: “O conhecimento sociológico”; “Espaço, território e sociedade”; “Cultura e identidade”; “O mundo do trabalho”; “Diferenças e desigualdades”; “Política, estado e poder” e “Direitos e cidadania”. Tais eixos eram divididos em unidades bimestrais de maneira que houvesse a abordagem dos temas centrais – cultura, trabalho e política – em mais de uma série do Ensino Médio.

Em fevereiro de 2011, a proposta curricular ser apresentada em audiência pública, com cerca de 150 professores presentes, e submetida à aprovação e contribuições dos demais professores da Rede Estadual. As sugestões para a equipe se colocaram na necessidade de um maior debate da proposta inserindo outros professores na equipe, a necessidade de enxugamento dos conteúdos, e uma crítica a transversalidade dos temas (FIGUEIREDO e PEREIRA, 2012).

Em abril do mesmo ano, a SEEDUC comunicou à equipe a paralisação temporária dos trabalhos devido às dificuldades de efetuar o pagamento dos seus membros. E o que seria uma versão preliminar de Currículo acabou por ser implementada na rede de ensino estadual naquele ano letivo. Já em outubro de

2011, a SEEDUC anunciou em sua página eletrônica um novo processo de seleção de equipes para a elaboração dos currículos mínimos de todas as disciplinas, surgia assim a segunda equipe.

A proposta curricular de 2012 também teve um tempo curto de elaboração, foram três meses: outubro, novembro e dezembro. Em janeiro a proposta tinha que estar finalizada e passando por consultas públicas, para em fevereiro já constar nas escolas. A segunda equipe de sociologia foi formada novamente por professores da rede, porém desta vez foi exigida a titulação de mestre para seus membros, e houve um processo seletivo.

Houve uma redução para um tempo semanal na segunda série a partir de 2012 (Resolução SEEDUC nº 4.746, de 30 de novembro de 2011). Tal fato impactou na equipe que formulava o Currículo Mínimo de 2012. Este grupo de professores, em um primeiro momento, foi coordenada por um docente universitário, que se retirou da equipe em novembro, juntamente com outros três membros, após a notícia da redução dos tempos de sociologia na grade horária do próximo ano.

A equipe formada somente por três professores da rede básica e sem coordenação, finalizou a proposta curricular que seria posta em prática nas escolas no próximo ano (2012). O diálogo com a SEEDUC era intermediado pela Fundação CECIERJ, de modo que os autores tinham pouco contato com as pessoas responsáveis da secretaria, era uma relação mais “comercial” atuavam como consultores, e tinham que atender as demandas propostas pelo “cliente” – no caso, a Secretaria de Educação.

As reuniões para a elaboração do currículo de 2012 partiam do currículo anterior, pautadas pela crítica de que era máximo, que precisava ser enxugado, e também pela questão da transversalidade de conteúdos. Estes foram os principais impulsionadores da modificação. Houve uma intervenção da SEEDUC para que esta proposta curricular somente tivesse o tema principal do bimestre e habilidades e competências

Sobre o conteúdo em si percebemos que tal como inúmeros outros currículos já apresentados aqui, o Currículo Mínimo de Sociologia em 2012 trabalha as três áreas das Ciências Sociais através dos seguintes temas: Cultura, trabalho e política. Sendo cada um deles trabalhados em uma das séries, respectivamente nesta ordem, e não mais referenciados nas três séries

conforme a proposta anterior. Há uma preocupação em colocar também temas recorrentes nos exames de vestibular, como: cultura de massa e indústria cultural, direitos humanos e violência.

2) O livro didático

Nesta parte, portanto, daremos destaque ao nosso objeto de pesquisa. O livro didático é considerado para alguns estudiosos do tema como “dispositivo de memória da educação” (CHOPIN, 2004.) pelo fato de divulgar e apresentar “saberes já consolidados e aceitos socialmente” (CORRÊA, 2000.) sendo por estes motivos, “considerado como veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura” (CASSIANO, 2013).

Para a análise do uso do livro didático de sociologia, a pesquisa tem como principal referencial teórico o sociólogo inglês Basil Bernstein (1924-2000), pois buscamos compreender a relação que pode se dar entre o campo oficial de recontextualização e o campo de recontextualização pedagógico, através dos conteúdos sociológicos apresentados nos livros didáticos.

O campo oficial de recontextualização inclui “os departamentos especializados e as subagências do Estado e as autoridades educacionais locais, juntamente com suas pesquisas e sistemas de inspeção” (BERNSTEIN, 1996, p.269) e o campo de recontextualização pedagógico inclui as universidades e departamentos de educação das escolas técnicas, as faculdades de educação e os meios especializados de educação.

Neste estudo, o campo de recontextualização oficial é representado pelo PNLD e propostas curriculares oficiais, que no caso da rede estadual do Rio de Janeiro é norteadada pelo Currículo Mínimo⁶ de sociologia de 2011/2012 e pelos

⁶ Segundo informação obtida no portal da SEEDUC, desde 2012, o Currículo Mínimo serve como referência a todas as escolas, apresentando as competências e habilidades básicas que devem estar contidas nos planos de curso e nas aulas. Sua finalidade é orientar, de forma clara e objetiva, os itens que não podem faltar no processo de ensino-aprendizagem, em cada disciplina, ano de escolaridade e bimestre. Dito isto, nesta pesquisa será considerado o currículo mínimo de sociologia para percebermos a existência ou não de enquadramento e classificação entre este documento e o uso do livro didático, pelo professor. De acordo com o artigo 2º da Resolução Nº 4.866, de 14 de fevereiro de 2013, segundo o qual: “O cumprimento do Currículo Mínimo é obrigatório em sua totalidade no ano letivo vigente, respeitando a autonomia do professor para possíveis ajustes, no interior do Currículo Mínimo fixado para o ano/série de sua atuação, que melhorem a progressão do ensino das competências e habilidades desse Currículo de acordo com as necessidades da unidade/turma”.

documentos curriculares oficiais federais (PCNEM, OCEM). Enquanto que, o campo de recontextualização pedagógica seria o trabalho desenvolvida pelo professor de sociologia, na sala de aula, através, do uso do livro didático e do estabelecido nas propostas curriculares.

O livro didático, de acordo com os estudos de Bernstein, pode ser entendido como um tipo de recontextualização pedagógica, pois o conhecimento apresentado neste material é o conhecimento das Ciências Sociais que foi recontextualizado, ou seja, adaptado, modificado e realocado visando o público escolar da educação básica. Nesse sentido, ele é recontextualizado, na medida em que o conhecimento das Ciências Sociais passa pelo processo de didatização.

O conceito de recontextualização diz respeito ao processo pelo qual um determinado conhecimento ou discurso ao sair de seu contexto de origem, se /apropria de outros discursos, ideias e práticas e é reorganizado de acordo com um novo contexto. Conforme Desterro:

(...) princípio recontextualizador inclui a apropriação, relocação e o estabelecimento de relações com outros discursos para constituir uma nova ordem. No final do processo de recontextualização o texto não é mais o mesmo por que: (a) mudou sua posição em relação a outros textos, práticas e posições; (b) foi modificado pela seleção, simplificação, condensação e elaboração; e (c) foi reposicionado e refocalizado. (DESTERRO, p. 19. 2016).

Nesse sentido, ainda é possível afirmar, que o livro didático se relaciona tanto com o campo de recontextualização oficial, como também, com o campo de recontextualização pedagógica. Isto se dá, pois ele é um instrumento didático que passa pelo crivo e análise do campo de recontextualização oficial, por meio do PNLD, mas que é utilizado e elaborado por pessoas que constituem o campo de recontextualização pedagógica.

Desse modo, a relação que pode existir e se estabelecer entre o campo oficial de recontextualização e o campo de recontextualização pedagógico, de acordo com Bernstein, poderá ser analisada de acordo com os conceitos de enquadramento e classificação, por ele desenvolvidos. Enquadramento é o termo utilizado para analisar a relação entre categorias, que podem ser sujeitos, discursos e práticas, ou seja, refere-se as relações sociais entre as categorias. Já o conceito de classificação tem a ver com o grau de manutenção de fronteira entre categorias.

Nessa direção, Bernstein identifica a relação entre esses dois campos de recontextualização. Segundo o autor:

O grau de autonomia do campo recontextualizador pedagógico pode afetar profundamente o discurso pedagógico reproduzido nas escolas, essencialmente através do treinamento inicial e em serviço dos professores através dos livros, didáticos ou não, que vêm do campo recontextualizador pedagógico. Entretanto, um controle mais direto sobre as escolas, por parte do Estado, através de currículos e sistemas de avaliação e inspeção altamente centralizados, pode limitar seriamente a influência dos campos recontextualizadores pedagógicos. O controle, por parte do Estado, do financiamento, dos temas e do foco da pesquisa limita ainda mais a influência do campo recontextualizador pedagógico. (BERNSTEIN, 1996, p.283).

Com isso, percebemos o campo recontextualizador pedagógico (práticas educacionais, conteúdos e investigações pedagógicas) sendo influenciado pelo campo recontextualizador oficial (governo e autoridades educacionais), na medida em que de algum modo o PNLD funciona como um guia curricular e, por conseguinte, o livro didático legitima e dissemina pelo país os conhecimentos científicos tidos como importante de serem ensinados, pois:

[...] um dos efeitos do PNLD é a imposição de um modelo de livro didático disseminado entre todas as disciplinas e por todo país, repercutindo também nos livros comercializados no mercado, se constituindo como um padrão e, possivelmente, como um selo de qualidade para as editoras que os têm aprovados. (MEUCCI, 2014, p.214).

A partir desse embasamento teórico, voltamos a nossas atenções para o livro didático de sociologia em diálogo com as propostas curriculares e o PNLD com base nos dados obtidos com autores⁷ dos três livros didáticos selecionados, nesse estudo.

O primeiro livro analisado foi *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*, publicado pela editora do Brasil de autoria de Helena Bomeny, Bianca Freire-Medeiros, Raquel Balmant Emerique e Julia O`Donnel, 2º edição, 2013. Este livro em relação aos outros dois que analisamos, apresenta a especificidade de ter sido aprovada na edição do PNLD de 2012, com um total de 1.130.942

⁷ Os dados foram obtidos com um autor de cada livro através de entrevista realizada por email com Raquel Emerique, uma das autoras do livro *Tempos, Modernos, Tempos de Sociologia* e Fátima Ferreira, coautora do livro *Sociologia em Movimento*, e Luiz Fernandes de Oliveira um dos autores do livro *Sociologia para jovens do século XXI*. Aproveitamos esse espaço, para agradecer a colaboração desses autores para com esta pesquisa.

exemplares de livros didáticos distribuídos, através do programa. Já a edição indicada pelo PNLD de 2015 teve 1.029.308 de livros distribuídos em todo o Brasil. O livro é composto de volume único com 383 páginas organizado em 22 capítulos.

A obra apresenta os conteúdos das Ciências Sociais organizados em torno de uma proposta pedagógica que articula todos os capítulos e seções. Os textos convidam os estudantes a 'desconfiar das certezas' e do 'senso comum'. Para mobilizar o leitor, as autoras exploram as cenas do filme "Tempos Modernos" de Charles Chaplin como fios condutores dos problemas estudados pela Antropologia, Ciência Política e, sobretudo, pela Sociologia. (BRASIL. 2014. p.23)

O segundo livro didático contemplado por esta pesquisa, trata-se do livro *Sociologia em Movimento* que tem como especificidade o fato de ter sido elaborado por 19 autores, todos professores da educação básica, onde cerca de metade desses docentes atuam no Colégio Pedro II. Além desses aspectos, este foi o livro didático mais escolhido e distribuído em todo o Brasil, após a sua aprovação no PNLD 2015, de acordo com dados do FNDE onde alcançou o número de 2.420.496 cópias distribuídas em todo o Brasil. O livro é constituído por 15 capítulos organizado em cerca de 500 páginas.

A obra destaca-se pela variedade de sugestões didáticas, articulação entre teorias e abordagens das Ciências Sociais, Antropologia, Ciência Política e Sociologia e introdução de estudos fora do eixo ocidental, com pensadores indianos, sul-coreanos, angolanos e paquistaneses. Além disso, temas da sexualidade, gênero, cidades e meio ambiente estão bem desenvolvidos. A categoria juventude aparece em vários capítulos, compondo com dados atualizados da situação dessa geração em cada tema trabalhado, como trabalho, família, movimentos sociais, estratificação e desigualdades sociais e cidades. (BRASIL. 2014. p.34)

Por fim, o terceiro livro didático, *Sociologia para jovens do século XXI*, publicado pela editora Imperial Novo Milênio, 3ª edição 2013, tem como autoria Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa. O livro é composto por volume único de 399 páginas e alcançou a quantia de 255.231 exemplares distribuídos, pelo Brasil através do PNLD de 2015.

O livro apresenta uma perspectiva dialógica por meio de linguagem jovial, buscando uma aproximação permanente com o estudante do ensino médio. Essa característica é notada nos títulos dos capítulos que remetem a questões do cotidiano, estimulando a curiosidade e o interesse do aluno. Destaca-se

pela forma bem articulada com que trata o debate atual do campo das Ciências Sociais e das contribuições dos estudos e pesquisas sociológicas produzidas dentro e fora do Brasil. (BRASIL. 2014. p.45)

3) INTERFACE DAS PROPOSTAS CURRICULARES DO RIO DE JANEIRO E O LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA.

Apresentaremos aqui nossa análise conjugando as propostas curriculares estaduais e os livros didáticos. Tal investigação contou com os seguintes elementos: análise documental das propostas e dos sumários dos livros didáticos, e ainda entrevistas realizadas com os autores.

Tal entrevista compreendia um conjunto de quatro questões (ver anexo) que eram objetivas com relação ao uso das propostas curriculares. Se foram usadas as propostas e como foram usadas. O retorno nas entrevistas nos deu a impressão que o currículo mínimo (2011, 2012) foi o único considerado pelos autores, toda a produção curricular anterior foi desconsiderada, ao relatarem suas experiências de formulação do livro didático. Apesar de existirem três outros formatos curriculares no estado desde da implementação recente da sociologia.

Outro ponto a ser considerado, é que ao se referirem aos documentos curriculares que embasaram a formulação dos livros, é comum os autores citarem as Orientações Curriculares do Ensino Médio -Sociologia (OCEM, 2006). Tal documento é citado por conta de seu viés metodológico, a saber: 1) a separação dos conteúdos em temas, conceitos e teorias; 2) a opção por trabalhar as Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política; e 3) os princípios norteadores de estranhamento e desnaturalização como suporte ao ensino de sociologia no ensino básico. A cerca disto os autores apontam:

“No Ensino Médio não podemos ter a pretensão de formar mini-sociólogos, mas iniciar os jovens na compreensão da realidade social de forma significativa e aproximá-los aos conceitos das Ciências Sociais.” (Autor de *Sociologia para jovens do Século XXI*)

“A prática dos autores foi fundamental na definição do conteúdo do livro. Além disso, utilizamos as OCEM como referencial metodológico.” (Autora de *Sociologia em movimento*)

Sobre a articulação de temas, conceitos e teorias podemos observar nos livros que eles apresentam tal organização, a subdivisão dos capítulos por temas sociológicos, com as teorias e conceitos em cada capítulo. Com relação as propostas curriculares do Rio de Janeiro, especialmente o currículo mínimo de 2011, também vemos esta articulação entre temas (que aparecem como temas bimestrais) e os conceitos e teorias sociológicas que aparecem em sucessivos bimestres.

Os Currículos Mínimos do Rio de Janeiro, em sua versão 2011 e 2012, apresentam os conteúdos das Ciências Sociais por série. No de 2012, Antropologia aparece na 1ª série do Ensino Médio, enquanto a Sociologia figura na 2ª série e a Ciência Política na 3ª série. Tal organização também aparece nos livros didáticos mencionados, há nas três produções conteúdos das três áreas das Ciências Sociais, e ainda que não separados por série demonstram a articulação com a proposta curricular.

Os princípios de estranhamento e de desnaturalização são citados nas introduções das propostas curriculares – Currículo Mínimo (2011, 2012) – como sendo o objetivo da sociologia no nível médio. É caso, por exemplo, do livro *Sociologia para jovens do século XXI* que é organizado de modo a problematizar o senso comum e desnaturalizar a realidade social. Tal aspecto reflete o enquadramento existente entre o livro didático e as propostas curriculares, além de demarcar também a especificidade do ensino de sociologia na educação básica:

Problematizar as opiniões que predominam no senso comum e ao, mesmo tempo, desnaturalizar a realidade social. Isto significa que as ideias sobre a vida social dos indivíduos devem ser pensadas a partir de um estudo criterioso, com base científica. (FERNANDES e COSTA, 2013)

Ademais desse aspecto, o livro ainda apresenta, em suas páginas iniciais, as fronteiras e limites do conhecimento pertencentes ao campo de estudo da sociologia, de modo a diferenciá-los de outras áreas científicas, como por exemplo, a química e biologia. Esta perspectiva, de acordo com a teoria de Basil Bernstein diz respeito ao conceito de classificação, nesse exemplo, ilustrado pela proposta dos autores de diferenciar o conhecimento sociológico de outros tipos e formas de conhecimento.

Sobre a questão do uso das propostas curriculares estaduais, os autores citam que o currículo mínimo foi posterior a primeira edição dos livros, mas que percebem, conforme já colocado acima, uma interlocução. Citam no entanto, outros documentos curriculares como: programa do Colégio Pedro II (*Sociologia em Movimento*) e as discussões curriculares em âmbito nacional (*Sociologia para jovens do Século XXI*). O guia do livro didático (PNLD), segundo as entrevistas, também é usado como referência de formulação.

É importante mencionar, no entanto que a autora de *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* cita que o Currículo Mínimo esteve presente na segunda e na terceira edições do livro, no manual do professor:

“Na 2ª e na 3ª edição nós olhamos sim para o documento (Currículo Mínimo), porque era importante tomar contato como os conteúdos das Ciências Sociais estavam sendo explorados na rede estadual de ensino. Tanto é que quando nós apresentamos a forma de usar o livro, no manual do professor, na segunda edição e na terceira, nós consideramos a estrutura do currículo mínimo da rede estadual do RJ. Ou seja, um ano de trabalho mais ligados as temáticas relativas a Antropologia, outro a Sociologia e o outro a Ciência Política. Pois o currículo mínimo traz estas ênfases (1º ano - Antropologia, 2º ano – Sociologia e 3º ano – Ciência Política). Então, uma das sugestões de uso do livro pelo professor tem relação com o currículo de sociologia do RJ, no livro do aluno isto não aparece com clareza, nem no encadeamento dos conteúdos.” (Autora de *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A brevidade de tempo para esta investigação, bem como a necessidade de uma inserção maior nos conteúdos dos livros didáticos e de sua formulação para além dos índices remissivos, nos permitem somente fazer aqui algumas considerações. Tais apontamentos servirão de base em pesquisas posteriores que pretendemos nos debruçar.

Percebemos então, nesta investigação, que a interlocução entre currículo e livro didático aparece, não porque os autores usaram as propostas curriculares em sua formulação, e sim porque já encontramos na disciplina uma maneira de fazer a sociologia no ensino básico. O campo de recontextualização oficial muito colaborou para esse “modo de fazer” seja com as propostas curriculares estaduais, com os documentos curriculares federais, do guia do PNLD e dos próprios livros didáticos. Sobre isto os nossos entrevistados falam:

“Acredito que já temos um certo consenso quanto ao que devemos ensinar e como devemos ensinar. Estamos construindo isso e já temos um certo acúmulo.” (Autora de *Sociologia em movimento*)

“Há uma interlocução no nosso livro com as propostas curriculares, especialmente com as OCEM-Sociologia, e como guia do PNLD. Indo além disto, estas propostas curriculares tem uma história, o campo de ensino de Ciências Sociais já tem começado a acumular uma bagagem interessante, que vem na construção do currículo de sociologia” (Autor de *Sociologia para jovens do Século XXI*)

“Quando o livro foi feito em sua primeira versão, nós quebramos muito a cabeça para definir o conteúdo porque não tinha uma unificação do que se ensinar em sociologia no Ensino Médio, tínhamos diversos currículos com algumas intercessões. Na segunda e terceira edição temos outro cenário, há um amadurecimento no ensino de ciências sociais especialmente no quesito ligado aos conteúdos, dado a partir da obrigatoriedade em 2008. Conseguimos identificar em vários currículos, não só o do RJ, um apoio forte que o livro podia dar ao professor de vários estados, porque ele estava contemplando diversas coisas inclusive um requisito do edital do PNLD que é a articulação entre as áreas das Ciências Sociais – Antropologia, Sociologia e Ciência Política.” (Autora de *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*)

A questão que pauta nossa discussão proposta aqui pode ser sintetizada em: O que ensinar em sociologia no ensino médio? A resposta para ela não é das mais simples, e contempla a dimensão histórica da disciplina e a correlação com os currículos estabelecidos, sejam eles documentais, do campo recontextualizador oficial, ou da experiência docente, do campo de recontextualização pedagógica (BERNSTEIN, 1996). Nas investigações posteriores nos debruçaremos nestas questões que formulam o conhecimento escolar de sociologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Bruna Lucila de Gois dos. **Sociologia no Ensino Médio: uma análise comparada de propostas curriculares**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. 149 fls.

BERNSTEIN, B. **A estruturação do discurso pedagógico: classe, código, controle**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Parâmetros curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 1999.

_____. **Orientações curriculares para o Ensino Médio**. Volume 3 – Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, pp. 101-133, 2006.

_____. **Parecer CNE/CEB nº38/2006**. Diário Oficial da União, de 21 de agosto de 2006, Seção 1, p. 15 Em: <http://portal.mec.gov.br/setec/> Acesso em: 30/08/2014.

_____. **Lei 11.684/2008**. Em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm . Acesso em: 03/06/2014.

_____. **Guia de livros didáticos: PNLD 2012: Sociologia**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2012.

_____. **Guia de livros didáticos: PNLD 2015: sociologia: ensino médio**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

BOMENY, Helena et al. **Tempos modernos, tempos de Sociologia**. 2.ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

CHOPPIN, A. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, p.549-566, set./dez.2004.

CHOPPIN, A. **O Historiador e o livro escolar**. *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (11): 5-24, Abr. 2002.

COAN, M. **A Sociologia no Ensino Médio, o material didático e a categoria trabalho**. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFSC, Florianópolis (SC), 2006.

CORRÊA, Rosa Lydía Teixeira. **O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação**. Cadernos Cedes, ano XX, n 11 o 52, novembro/2000.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO e APSERJ. **Proposta de programa de Sociologia para o Ensino de 2º Grau**, 1990

CONTERATO, Santo. **Vitória da Sociologia**. Boletim da APSERJ -“Papo de Sociólogo”, Rio de Janeiro, Ano I, Nº 0, novembro de 1989

_____. **A saga da sociologia no ensino médio**. Perspectivas Sociológicas, Rio de Janeiro: Revista eletrônica do departamento de Sociologia do Colégio Pedro II, ano 1, nº 1, abr/2008 a out/2009.

DESTERRO, Fábio Braga do. **Sobre livros didáticos de sociologia para o ensino médio**. Rio de Janeiro, 2016. 270 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

FIGUEIREDO, André Videira; PEREIRA, Márcia Menezes Thomaz. **O Currículo como Obra Aberta: notas sobre a construção do currículo mínimo de sociologia da rede pública estadual do Rio de Janeiro**. In:FIGUEIREDO, André Videira; OLIVEIRA, Luiz Fernandes; PINTO, Nalayne Mendonça (orgs.). Sociologia na sala de aula: reflexões e experiências docentes no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012

HANDFAS, A. et al., **A trajetória de institucionalização da Sociologia na Educação Básica no Rio de Janeiro**. In: OLIVEIRA, L. F.; FIGUEIREDO, A. V.; PINTO, N. M. (orgs.). Sociologia na sala de aula: reflexões e experiências docentes no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.

LAJOLO, Marisa. **Livro didático: um (quase) manual de usuário**. Em Aberto, Brasília, ano 16, n. 69, p. 3-10, jan/mar 1996.

LEITE, M. S. **Recontextualização e transposição didática: introdução à leitura de Basil Bernstein e Yves Chevallard**. Araraquara: Junqueira e Marin Editores, 2007.

MEUCCI, S. **Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de Sociologia**. Revista Brasileira de Sociologia, vol.2, n.31, p.209-232, jan./jun.2014.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **Sociologia para jovens do século XXI**. 3.ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

VÁRIOS AUTORES. **Sociologia em movimento**. 1.ed. São Paulo: Moderna, 2013.

RIO DE JANEIRO. **Constituição do Estado do Rio de Janeiro**, 1989. Em: http://www.camara.gov.br/internet/interacao/constituicoes/constituicao_rj.pdf . Acesso em: 20/09/2014.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **Reorientação Curricular – Ciências Humanas**, 2005

Proposta curricular: um novo formato - Sociologia, 2010

Currículo Mínimo de Sociologia do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

Currículo Mínimo de Sociologia do Estado do Rio de Janeiro, 2012. Em: <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=759820>. Acesso em: 13/10/2013.

FONTES CONSULTADAS

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: www.fnde.gov.br

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: <http://portal.inep.gov.br>

Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes: www.labes.fe.ufrj.br

Secretária de Estado de Educação: <http://www.rj.gov.br/web/seeduc>

ANEXO

ROTEIRO DE QUESTÕES SOBRE LIVRO DIDÁTICO E PROPOSTAS CURRICULARES

1. Para você, o que é um bom livro didático de Sociologia? Quais são os conteúdos que devem estar inseridos?
2. Na formulação do livro didático de que você é autor(a) como foram selecionados os conteúdos?
3. Houve o uso das propostas curriculares de Sociologia do estado do RJ na formulação do livro?
 - Caso sim, em que medida foram utilizadas e quais foram as propostas utilizadas?
 - Caso não, o que foi levado como referência para a formulação do livro didático de sua autoria?
4. Quando você olha para o livro didático de sua autoria em sua versão final, você consegue perceber alguma interlocução com as propostas curriculares? Explique como você percebe, ou porque não percebe, tal interlocução?